



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



PROCESSO: TC – 4237/989/22-3
ÓRGÃO: PREFEITURA DE **CERQUILHO**
ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE **2022**¹

Senhora Assessora Procuradora-Chefe,

Em atenção ao r. Despacho, Evento 35.1, face ao Relatório da UR-09 [Evento 13.30] concernente às contas do Município de Cerquilha, exercício de 2022; e à Defesa apresentada, Evento 32.1/32.7, verifico, consoante planilha abaixo, consubstanciada na síntese procedida pela Fiscalização que, quanto aos itens sob análise deste Setor de Cálculos, as respectivas legislações, no que se refere aos índices legais, foram observadas pela Prefeitura:

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	40,57%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	28,40%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	94,79%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Sim
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	88,44%
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	28,85%

¹ Resultado da apreciação das contas relativas aos exercícios de 2019 a 2021, à fl. 04, Evento 13.30:

Exercícios	Processos	Trânsito em julgado	Pareceres
2021	007190.989.20-2	Pendente ¹	Favorável com recomendações e determinações
2020	003207.989.20-3	24/05/2022	Favorável com advertência e determinação
2019	004859.989.19-6	16/04/2021	Favorável com recomendações e determinações



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Contudo, para completo atendimento às respectivas legislações [uma vez que nelas deve-se almejar o atingimento da finalidade precípua, qual seja: satisfazer a contento as necessidades dos Municípios] passo a abordar os apontamentos constantes do relatório da Inspeção que compõem a EPP [Execução das Políticas Públicas]² relativos à **Educação** e à **Saúde**:

Item B.3 - EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – ENSINO (i-Educ/ IEG-M) Faixa “C”, Evento 13.30, às fls. 10/14 e 40:

. Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados [relacionados às fls. 10/11, Evento 13.30]; irregularidades remanescentes de Fiscalizações Ordenadas; insuficiência de vagas em creches; inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU (reincidência).

2

“O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) foi criado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para medir a eficiência das 644 Prefeituras paulistas. Com foco em infraestrutura e processos, avalia a eficiência das políticas públicas em sete setores da administração saúde, planejamento, educação, gestão fiscal, proteção aos cidadãos (Defesa Civil), meio ambiente e governança em tecnologia da informação.

Com isso, oferece elementos que subsidiam a ação fiscalizatória do Controle Externo e da sociedade. Os resultados obtidos também produzem informações que têm sido utilizadas por Prefeitos e Vereadores na correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento dos municípios.

(...)

A iniciativa ainda possibilita a comparação de resultados entre municípios de mesmo porte, o que permite o intercâmbio de boas práticas e o aprimoramento constante das gestões.

O IEG-M possui cinco faixas de classificação, definidas a partir das notas alcançadas nos sete índices setoriais: altamente efetiva (A); muito efetiva (B+), efetiva (B), em fase de adequação (C+) e baixo nível de adequação (C).

Todas as informações obtidas são fornecidas pelas administrações municipais e validadas, por amostragem, pelas equipes de Fiscalização do TCESP. Desse modo, variáveis como ‘gastos com educação’, por exemplo, só poderão ser consideradas definitivas após o trânsito em julgado do parecer emitido pelo relator das contas de cada Prefeitura²”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



A **Inspeção** também aponta, às fls. 34/36 e 41, Evento 13.30:

Item D.1.3 - Demais Apurações sobre o FUNDEB:

- . Não implementação dos serviços de psicologia educacional e social.

Item D.1.4 - Demais Informações sobre o ENSINO:

- . Descumprimento do percentual mínimo de oferecimento de educação em tempo integral.

Item D.1.5 - Controle Social - ENSINO:

- . Prejuízo à análise da fiscalização por insuficiência de informações prestadas pela Origem.

Da **peça defensiva**, às fls. 01/04, Evento 32.2, consta:

- Atendimento de todas as crianças de 0 a 3 anos de idade: inaugurada a EMEII Prof^a Clélia Maria Antunes Gaiotto, para ampliar o atendimento. A previsão é que todos os alunos da lista de espera sejam atendidos.
- No que diz respeito aos alunos de creche e anos finais do ensino fundamental com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação: há sim o Atendimento Pedagógico Especializado. Esse atendimento inicia-se com a visita da orientadora pedagógica especialista em Educação Especial nas salas de aulas onde esses alunos estão matriculados para identificar suas reais necessidades. Após a visita, são dadas orientações a docente de como este deve desenvolver as atividades com esses alunos.
- Escolas adaptadas para receber crianças com deficiência: realizado levantamento das adequações que serão encaminhadas ao departamento responsável para levantamento de custos.
- Nem todos os professores de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental possuem a formação específica em nível superior: o artigo 62 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, admite como formação mínima para o exercício do magistério na



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

-Embora o município ofereça salário maior ao docente que conclui uma graduação em licenciatura como forma de incentivo, não há meio de obrigá-lo a matricular-se no ensino superior.

- Mais de 10 % do quadro de professores como temporários: mesmo tendo um concurso público vigente, para fins de preenchimento de todos os cargos para a função de professor da rede pública municipal, fez-se necessária a contratação de temporários para suprir os cargos vagos e os afastamentos de outros professores. Houve desistência de vagas dos candidatos aprovados e nomeados e, até que essas vagas sejam preenchidas, é necessário contratar um docente para ministrara as aulas.

- Com relação ao fato de menos de 50% dos estabelecimentos de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental possuir turmas em tempo integral: não há espaço físico suficiente nas Unidades Escolares para tal, além de levantamento de impacto financeiro para custear as atividades complementares no contraturno.

- Em média, mais de dez alunos por computador para as turmas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental: a Prefeitura está realizando estudo para implantação do ensino computacional e verificando o impacto financeiro da contratação de empresa que forneça os computadores necessários.

- Nem todas as escolas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental possuem laboratórios de informática: os computadores estavam obsoletos. Diante disso, o Município fez adesão ao Programa Federal Escola Conectada para receber recursos e assim fazer os investimentos necessários na área de tecnologia.

- Frota escolar com mais de 10 anos: a idade da frota é apenas recomendada pelo FNDE, pois não há legislação específica que determine a idade mínima para utilização de veículos no transporte escolar. Não temos veículos próprios abaixo da idade recomendada sendo utilizados no transporte escolar atualmente. Entretanto, a frota terceirizada possui veículos com mais de dez



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



anos, pois há um contrato vigente estabelecendo que a idade considerada para o fornecimento dos veículos não pode ser superior a 15 anos de fabricação.

- Veículos da frota escolar não estão em boas condições de uso: providências para sanar este apontamento estão sendo tomadas.

- Com relação a CRLV do veículo inspecionado não corresponder ao exercício: segundo o Detran, o licenciamento de veículos de transporte de passageiros deve ser feito a partir do mês de julho. O veículo mencionado tem placa final 1, e seu licenciamento deve ser feito até o final do mês de julho. Já quanto ao fato de bancos e pneus não estarem em boas condições: as devidas providências foram tomadas.

- No tocante a falta de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB: medidas estão sendo adotadas, mas em razão do alto custo dos projetos, o processo segue um cronograma elaborado pelo departamento responsável e, aos poucos, os AVCBs estão sendo feitos. No momento, sete unidades escolares estão com o AVCB concluído e outras em fase de finalização de projeto e adequação.

Não obstante as alegações, considero imprescindível à Municipalidade promover a melhoria na efetividade dos serviços prestados aos Municípios, associados à composição do IEG-M, concretizando providências face às irregularidades relacionadas ao **Ensino/Qualificação (I-Educ → C)**.

Por pertinente, assinalo os apontamentos concernentes aos demonstrativos de **2021**, anteriores às presentes contas, por se tratar do primeiro ano do Mandato do Gestor, possibilitando assim, ao término do mandato, traçar histórico alusivo aos índices de efetividade de Gestão Municipal [IEG-M] nas categorias sob análise:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



TC - 7190/989/20-2:

I - ENSINO (IEG-M - i-Educ) - Índice C+, Evento 48.31, às fls. 23/33 e 44:

C.2. IEG-M - i-Educ: Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

C.2.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (UNIDADES ESCOLARES): Irregularidades remanescentes; **C.2.2.** EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M) - FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL: Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; **C.2.2.1.** AQUISIÇÃO DE LOUSAS ESCOLARES: Potencial dano ao Erário, em virtude de compra sem justificativa do material adquirido;

II - SAÚDE (EG-M - i-Saúde) - Índice C+, Evento 48.31, às fls. 37 e 44:

D.2. Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

2021: TC - 7190/989/20-2 [Decisão Favorável → DOE de 27/04/2023]:

verifica-se do voto, às fls. 06/07, Evento 95.3, Relatoria: Conselheiro Renato Martins Costa: ...**“Determino seja a Prefeitura Municipal comunicada, via sistema eletrônico, acerca das seguintes recomendações: adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão Municipal – IEG-M, especialmente os que obtiveram notas “C” e “C+”, bem como corrija as impropriedades apontadas no tocante às Áreas do Ensino e da Saúde, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população.”** [g.n.]

...

CONCLUSÃO:

A Prefeitura empregou o correspondente a **28,40%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na Manutenção e Desenvolvimento do **Ensino**, em cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal³.

³ Artigo 212 da Constituição Federal:

A União aplicará, **anualmente, nunca menos de dezoito**, e os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo**, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Relativamente aos recursos provenientes do **FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Município aplicou:

→ **100%** dos recursos auferidos do FUNDEB, sendo no exercício **94,79%** observando o percentual mínimo de 90%, constatando-se a utilização da parcela diferida no 1º quadrimestre do exercício seguinte, em atendimento ao preceituado no § 3º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020⁴.

→ **88,44%** na remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, em atenção ao inciso XI, do artigo 212-A, da Constituição Federal e ao artigo 26 da Lei nº 14.113/2020⁵ [mínimo 70%].

Artigo 25 da Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020

Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

Art. 25. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Observado o disposto nos arts. 27 e 28 desta Lei e no

§ 2º deste artigo, os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e pelos Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º A aplicação dos recursos referida no caput deste artigo contemplará a ação redistributiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação a suas escolas, nos termos do § 6º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

4

5

Artigo 26 da Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Com relação à **Saúde**, a Municipalidade aplicou:

→ **28,85%** do produto da arrecadação dos impostos, a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, em atendimento ao disposto no artigo 77, inciso III, c/c § 4º do ADCT da Constituição Federal⁶ [mínimo 15%].

No que diz respeito à **Execução das Políticas Públicas** {**Educação e Saúde** → temas mais sensíveis à análise dos demonstrativos}, em que pese o cumprimento dos índices, constata-se que o Município obteve:

No **Ensino/Qualificação (I-Educ)**⁷ conceito **C**, ou seja, baixo nível de adequação. Diante disso, proponho recomendação para que a Prefeitura busque, com urgência, o necessário ajustamento, relacionado à falta de efetividade na oferta dos serviços na Educação, em atenção às pertinentes legislações e às recomendações/determinações deste Tribunal de Contas, avançando nos parâmetros de ações e programas da gestão, consolidando medidas corretivas face às irregularidades apuradas.

⁶ [Constituição Federal de 1988](#)

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

⁷ Índice de Efetividade da Gestão Municipal (**i-Educ**/IEG-M), Evento 13.30, à fl. 10:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Educ	C+	C+	C+	C



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Na **Saúde**/Qualificação (I-Saúde)⁸ a avaliação realizada assinalou que o Município registrou nota **B** [efetiva]. E, consoante registrado pela Fiscalização à fl. 14, Evento 13.30, sob amostragem, não foram constatadas ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., 23 de novembro de 2023.

Rosângela Terezinha Querino de Oliveira
Assessoria Técnica

⁸ Índice de Efetividade da Gestão Municipal (i-Saúde/IEG-M), Evento 13.30, à fl. 02:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Saúde	B+	C+	C+	B